



ISSN: 1696-8352 - BRASIL – JULIO 2016

A ECONOMIA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES COMO SATÉLITE DE CUIABÁ (MATO GROSSO/BRASIL)

Rafael Pereira Duarte¹
Alexandre Magno de Melo Faria²
Wladimir Colman de Azevedo Junior³
Índio Campos⁴

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Rafael Pereira Duarte, Alexandre Magno de Melo Faria, Wladimir Colman de Azevedo Junior e Índio Campos (2016): “A Economia de Chapada dos Guimarães como Satélite de Cuiabá (Mato Grosso/Brasil)”, Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, Brasil, (julio 2016). En línea:

<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/chapada.html>

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o grau de polarização entre as economias dos municípios de Chapada dos Guimarães e Cuiabá, no estado brasileiro de Mato Grosso. Chapada foi fundada no século XVIII para fornecer alimentos básicos para a economia cuiabana, permanecendo com essa função até o último quartel do século XX, quando passa a ser destino de turismo e lazer. A economia chapadense não conseguiu romper sua posição hierárquica subordinada a Cuiabá e permanece como satélite, tendo essa relação se aprofundado no início do século XX. As dificuldades de estruturar sua economia de forma endógena colocam o município de Chapada em um dilema quanto ao seu processo de desenvolvimento, permanecendo desde a sua fundação como um apêndice da economia cuiabana.

Palavras-chave: polarização econômica Chapada dos Guimarães, Cuiabá.

Economy of Chapada dos Guimarães like Satellite of Cuiabá (Mato Grosso/Brazil)

Abstract

This article aims to analyze the degree of polarization between the economies of Chapada dos Guimarães and Cuiabá, in the Brazilian state of Mato Grosso. Chapada was founded in the eighteenth century to provide basic food for mining of Cuiabá, remaining in that role until the last quarter of the twentieth century, when it becomes tourist and leisure destination. The Chapada economy failed to break their rank subordinate to Cuiaba and remains satellite, and this relationship deepened in the early twentieth century. The difficulties to structure their endogenously economy put the Chapada in a dilemma as to its development process, remaining since its founding as an appendix of Cuiabá economy.

Key-words: economic polarization, Chapada dos Guimarães, Cuiabá.

1 Economista (UFMT). E-mail: rafaelportuga@live.com.

2 Economista (UFMT), Mestre e Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Pós-doutor em Gestão e Economia pela Universidade da Beira Interior (UBI/Portugal). Professor Associado I da Faculdade de Economia da UFMT, Campus Cuiabá. E-mail: dr.melofaria@gmail.com.

3 Economista (UFMT), Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional (PPG-ADR/UFMT), Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Professor Auxiliar II da Faculdade de Economia da UFMT, Campus Cuiabá. E-mail: azevedocolman@gmail.com.

4 Economista (UFSC), Doutor em Economia (Freie Universität Berlin). Professor/pesquisador do NAEA/UFPA. E-mail: indio_naea@ufpa.br.

La Economía de Chapada dos Guimarães cómo Satélite de Cuiabá (Mato Grosso/Brasil)

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el grado de polarización entre las economías de Chapada dos Guimarães y Cuiabá, en el estado brasileño de Mato Grosso. Chapada fue fundada en el siglo XVIII para proporcionar alimentos básicos para la economía minera de Cuiabá, permaneciendo en ese puesto hasta el último cuarto del siglo XX, cuando se convierte en destino turístico. La economía de Chapada no pudo romper su rango subordinado a Cuiabá y permanece por satélite, y esta relación se profundizó a principios del siglo XX. Las dificultades para estructurar su economía endógena puso Chapada en un dilema en cuanto a su proceso de desarrollo, permaneciendo desde su fundación como un apéndice de la economía de Cuiabá.

Palabras-clave: polarización económica, Chapada dos Guimarães, Cuiabá.

1 Introdução

A interação socioeconômica entre espaços em uma mesma região é elemento importante para determinação da trajetória desenvolvimentista da própria região e também de seus espaços individualizados. Por conseguinte, as trocas de produtos e serviços, o trânsito de pessoas e as relações sociopolíticas entre municípios, influenciam não somente o desenvolvimento local, como também o desenvolvimento regional. A disponibilidade e forma de uso dos recursos econômicos, sociais e ambientais, possibilitam a exortação dos municípios como polos de desenvolvimento responsáveis pela dinâmica sociopolítica e econômica regional, direcionando assim o compasso do desenvolvimento dos municípios no seu entorno, podendo inclusive, subjugar alguns espaços.

A relação inter-regional entre os municípios mato-grossenses de Chapada dos Guimarães e Cuiabá é historicamente conformada pela dependência do primeiro para o segundo. Desde a implementação do primeiro ponto produtivo, Chapada valia-se do atendimento a demanda oriunda de Cuiabá, como motivação para suas atividades. Essa dependência econômica logo seria traduzida dependência política tendo como consequência ciclos de expansão e retração econômica incitados pelas decisões dos governantes. As decisões produtivas eram tomadas externamente ao município, sendo seus agentes internos preteridos e forçados a acompanhar o viés econômico arbitrariamente decidido. Como resultado, tem-se a dificuldade em implantar seus projetos de infraestrutura e a definição de seu viés produtivo atreladas somente ao turismo. Este seria, um caso em que o polo subjuga o curso de desenvolvimento de um espaço em seu entorno.

Neste contexto é que define a função atual de Chapada na economia regional, suas belezas naturais definiram sua vocação econômica para receber os turistas mato-

grossenses e estrangeiros para contemplação, descanso e lazer. O fluxo de visitantes que se utilizam dos serviços especializados em turismo de aventura, turismo ecológico, turismo cultural, esportes radicais e lazer é que ditam a dinâmica das atividades produtivas locais. A dinâmica econômica endógena é tênue e oscilações na demanda exógena afetam a sua atividade produtiva.

Localizada a 811 metros acima do nível do mar, com clima tropical de altitude de planalto, Chapada dos Guimarães possui temperaturas mais amenas que a capital Cuiabá, que está apenas a 176 metros acima do nível do mar e possui clima tropical quente. Com a crescente urbanização e impermeabilização do solo cuiabano, Chapada se tornou um local mais aprazível do ponto de vista do conforto térmico atraindo a população cuiabana a percorrer os 67 km de rodovia que separam os municípios.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é mensurar o grau de subordinação da economia de Chapada dos Guimarães frente a economia de Cuiabá, considerando a formação social e histórica de ambos os espaços. Sem conseguir implantar seus projetos de infraestrutura e com as atividades produtivas atreladas somente ao turismo, a economia chapadense depende do maior mercado regional que é o polo Cuiabá. Por hipótese, as ligações econômicas do fluxo de comércio e serviços chapadense mantém ligada e subordinada à economia cuiabana.

Para responder ao objetivo deste artigo, buscou-se apresentar a relação histórica entre os dois municípios na seção 2, a teoria da polarização na seção, bem como o método de gravitação potencial, que permitem a mensurar o grau de subordinação da economia de Chapada, são apresentados na seção 3. Com os resultados estimados na seção 4, analisou-se o grau de polarização das economias de Cuiabá e Chapada. Seguiram-se as notas conclusivas e a bibliografia.

2 Contexto Histórico

O município de Chapada dos Guimarães localiza-se no estado brasileiro de Mato Grosso, com 6.256 km², uma população estimada de 18.548 mil habitantes em 2014, distante a 67 quilômetros da capital Cuiabá. Até 1953 Chapada constituía um distrito de Cuiabá, sendo emancipada e elevada a município neste ano. A fundação oficial do núcleo que originou o atual município de Chapada dos Guimarães ocorreu em 1751 (IBGE⁵, 2015).

5 Instituto Brasileiro e Geografia e Estatísticas.

A região da Chapada foi ocupada por paleo-índios a pelo menos 12 mil anos antes da presente data. A comunidade bororá ocupava as terras mais baixas, nos rios de planície e consideravam as terras altas como locais sagrados e usados somente em rituais (NEVES, 2013, p.170). Em 1720, a população autóctone caiapó já ocupava a região das terras altas, data também deste ano a chegada do tenente Antônio de Almeida Lara, o primeiro homem de origem europeia. Almeida Lara implementa uma roça e o primeiro engenho de açúcar da região, conhecido como Buriti-Monjolinho ou “Serra Acima”, sua produção total demandava 30 escravos e a cachaça produzida era tida como “remédio” para doenças tropicais (NEVES, 2013, p.23). A chegada de Almeida Lara a Cuiabá se dá logo após a descoberta de ouro nas margens do rio Coxipó em 1719, por meio de uma bandeira paulista de pioneiros. O afluxo de colonos para a mineração aurífera concentrou uma crescente população de origem europeia na baixada cuiabana e que logo começaram a minerar ouro tanto a jusante quanto a montante do acampamento no Arraial da Forquilha (SIQUEIRA, 2002; IBGE, 2015).

A primeira denominação oficial foi Sant’Ana da Chapada, criada pela missão do jesuíta Estevão de Castro em 1751, que buscou criar um aldeamento, separando os caiapós dos colonos garimpeiros e dos escravos de origem africana (NEVES, 2013). Após a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, o nome foi alterado para Chapada de Cuiabá. O povoado entra em decadência, tanto pela ausência dos jesuítas quanto da transferência do núcleo econômico regional mais relevante para Vila Bela da Santíssima Trindade, a nova capital de Mato Grosso desde 1750. Situação que seria revertida a partir do início do século XIX, quando a decadência da exploração aurífera em Vila Bela, acarreta na transferência do governo para Cuiabá. Embora Vila Bela continue sendo a capital, Cuiabá torna-se politicamente mais relevante e a produção de alimentos em Chapada voltaria a ser demandada. Somente em 1825 Cuiabá voltaria a ser a capital, mas a economia de Chapada já respondia com a elevação da oferta de alimentos básicos como milho, quirera, fubá, arroz, feijão, mandioca, farinha, açúcar, cachaça e em meados do século XIX se produzia também café. Chapada então recebe a denominação de Sant’Ana da Chapada dos Sacramentos, quando de sua elevação a categoria de freguesia subordinada a Cuiabá, sendo conhecida como “celeiro de Cuiabá”. A produção agrícola do povoado alcançou tal magnitude que se cogitou a construção de uma linha férrea entre Chapada e Cuiabá (NEVES, 2013, p.26).

Contudo, após o fim da Guerra do Paraguai (1864-1870) a economia chapadense entra novamente em decadência. Neves (2013, p.27) indica três prováveis causas: i) a

incursão de indígenas contra os colonos de origem europeia; ii) a epidemia de varíola trazida por soldados da guerra do Paraguai, que gerou muitas mortes tanto em Cuiabá quanto em Chapada; e iii) a extinção da escravidão que viria a reduzir o contingente de trabalhadores. Tais eventos conjugados levaram a um decréscimo da população local, ao abandono das fazendas da região e ao fechamento dos alambiques. Soma-se a esse quadro, a abertura da navegação na bacia platina, que facilitou o trânsito de pessoas e mercadorias, com a importação de alimentos básicos produzidos em locais forâneos a Mato Grosso, impulsionando a região conhecida como “Rio Abaixo”, hoje denominado de Santo Antônio do Leverger (SIQUEIRA, 2002).

Em 1908 assume a presidência da província de Mato Grosso o farmacêutico Pedro Celestino Correia da Costa, nascido em Chapada. Preocupado com a pobreza e a fragilidade da economia chapadense, autoriza em 1914 a construção de uma pequena hidroelétrica no rio da Casca. Em 1928 foi concluída a usina Casca I, que passou a fornecer energia elétrica a Cuiabá. Em seu segundo mandato (1922-1924), Pedro Celestino inicia a construção de uma rodovia que interligou Cuiabá a Chapada, que teria extensão até Campo Grande. A ligação terrestre por estrada facilitou o deslocamento da produção chapadense ao mercado cuiabano, com importante impacto na economia “Serra Acima” (NEVES, 2013, p.28).

No governo de Mário Correa da Costa (1935-1937), a produção agrícola da “Serra Acima” voltava a garantir o abastecimento de Cuiabá e a ponto de se prospectar ampliação a produção. Contudo, as ações do governo estavam mais voltadas para atrair novos colonos do que investir na população local. Colonos do Japão e Alemanha foram incentivados a se instalar em Chapada, na colônia Cajuru, e cogitou-se novamente a possibilidade de construir uma ferrovia entre Chapada e Cuiabá (NEVES, 2013, p.163).

Contudo, em 1937 assume o governo de Mato Grosso o Sr. Júlio Müller no regime ditatorial de Getúlio Vargas. O trajeto da rodovia que interligava Cuiabá a São Paulo foi alterado, deixando de ser por Chapada para ser pela Serra de São Vicente. Muitas pontes de madeira no trajeto a Chapada foram destruídas, principalmente a do rio Mutuca, rio dos Peixes, rio Claro e rio Coxipozinho para forçar a alteração do trajeto⁶. Com dificuldades de acessar o mercado cuiabano em função da ausência das pontes, o fluxo de comércio foi reduzido, com impactos na economia de Chapada

⁶ A destruição das pontes foi um ato conduzido por uma família com forte influência política e que havia adquirido terras na região da Serra de São Vicente, com a intenção de alterar o trajeto da rodovia. O trajeto inicial passaria pela Chapada e contornaria a Serra de São Vicente, mas com a destruição das pontes, o trajeto foi definido pela Serra de São Vicente (NEVES, 2013, p.163).

(NEVES, 2013, p.131-132). Neste quadro, o projeto de ampliação e diversificação da produção agrícola baseado nos imigrantes alemães e japoneses foi um fracasso (NEVES, 2013, p.163).

Importante momento de organização social e econômica deveu-se à chegada dos freis franciscanos em Chapada, no ano de 1939. Chapada era muito pobre, com o povoado sendo formado por duas ruas de lama e muitas casas de pau a pique cobertas somente com sapé. A origem dos freis era alemã e em 1941 foi criada a Prelazia de Chapada dos Guimarães, com a posse de Dom Wunibaldo Talleur como bispo (NEVES, 2013, p.29).

Os freis se esforçaram na construção de escolas básicas, um serviço de comunicação telegráfica e ambulatório, ofertando serviços que o Estado ainda não havia disponibilizado à população. Os freis ainda construíram um monjolo, plantaram roças, construíram hortas e apoiavam a população local na produção agrícola, que era transportada para demanda no mercado cuiabano. Apesar da intenção de melhorar o padrão de vida local, o isolamento em que vivia a população chapadense limitava de forma central o seu nível cultural, ao ponto de menosprezarem a importância da escola para as crianças. No primeiro dia de aula não houve sequer um aluno presente e nos momentos mais importantes da safra agrícola, como semeadura e colheita, as crianças eram conduzidas ao trabalho e abandonavam a escola (NEVES, 2013).

No fim da ditadura Vargas (1945), assume como governador eleito Arnaldo Estevão de Figueiredo, que após visitar Chapada, ordena a reconstrução da estrada para Cuiabá. Além disso, em 1954 foi inaugurada a hidroelétrica Casca II em Chapada, que ofertaria energia para Cuiabá e a própria economia chapadense. No início da década de 1950, Chapada apresentava alguns equipamentos urbanos que a habilitava a emancipar de Cuiabá. O deputado Pen Gomes de Mendes apresentou projeto de criação do município de Chapada em 31 de julho de 1953, sendo efetivado o desmembramento de Cuiabá em 6 de fevereiro de 1955. Neste momento, Chapada apresentava grande território, sendo o maior município do mundo.

Nas décadas de 1960 e 1970 a população de Mato Grosso estava em ascensão e a ocupação por projetos de colonização ensejava a abertura de novas frentes agropecuárias. Os freis foram sendo transferidos às novas dioceses e Chapada passou a ser subordinada à Prelazia de Rondonópolis. Como consequência, as obras franciscanas foram sendo desativadas. A rodovia BR-163 de ligação ao Centro-Sul do Brasil não passou por Chapada, mas pela Serra de São Vicente, reduzindo o potencial logístico da

Chapada (NEVES, 2013). Este quadro gerou uma desarticulação da função da Chapada para Cuiabá, pois deixou de ser o “celeiro agrícola”, posto que outras regiões substituíram a oferta de alimentos então produzidos Serra Acima.

Com a economia agropecuária desarticulada, a função de Chapada seria substituída em meados da década de 1970. Em 1976 o presidente Ernesto Geisel decreta Chapada dos Guimarães como área prioritária para o turismo de Mato Grosso. Neste mesmo ano o arquiteto Lúcio Costa foi designado para elaborar o Plano Diretor da cidade-lazer de Chapada dos Guimarães, contratado pela EMBRATUR⁷. Os projetos incluíam obras e adequações na área urbana e em outros locais de interesse turístico e obras regionais de logística. Após esse Plano Diretor, Chapada passa a ser observada somente com interesse turístico, prejudicando outras possibilidades produtivas (NEVES, 2013, p.124).

Fazendo-se valer de sua nova “vocação econômica” em 1977 são iniciadas ações de divulgação das belezas naturais de Chapada em todo o Brasil, em paralelo são implementadas as primeiras adequações logísticas que viriam a ser sugeridos no Plano Diretor, o asfaltamento da rodovia Cuiabá-Chapada e a construção das pontes de madeira sobre os rios Mutuca, dos Peixes, Claro e Coxipozinho. No ano seguinte, o Plano Diretor para a área de interesse turístico em Chapada é aprovado por Ernesto Geisel e em 1979 o governo do Estado de Mato Grosso e a EMBRATUR responsabilizam-se pelo custeio dos investimentos necessários a implementação do Plano Diretor. Ainda assim, somente em 1989 é que o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães é criado, embora seu plano de manejo não tenha sido concluído até 2009. A ineficiência na concretização do Plano Direto de 1978 pode ser constatada na existência de discussões relativas a um novo Plano Diretor (NEVES, 2013, p.125).

Embora as adequações necessárias não tenham sido concluídas, o desmembramento de seus 204 mil km², para criação dos municípios de Colíder, Nova Brasilândia, Paranatinga e Sinop, em 1979 (IBGE, 2015), pressiona a economia chapadense a aceitar sua nova vocação. As terras de melhor qualidade e topografia para agricultura estavam localizadas nos novos municípios, ficando em Chapada os principais atrativos turísticos de beleza natural.

Durante a década de 1990 a empresa agroindustrial Sadia-Oeste iniciou um plano de expansão da produção de aves nas regiões de planalto. O município de

⁷ Empresa Brasileira de Turismo.

Chapada foi definido como local prioritário, dada suas condições climáticas, mas o viés ecológico do planejamento estatal para a região impulsionou pressão popular contra o investimento. Desta forma, a Sadia-Oeste instala-se no município de Campo Verde. Neves (2013, p.164) acredita que Chapada foi prejudicada e que poderia recuperar a capacidade produtiva no setor primário e avançar na produção agroindustrial se esse projeto fosse implementado.

Na década de 1990 e início de 2000 a economia de Chapada segue dependente do turismo e apresenta reduzida capacidade de crescimento em relação à média dos demais municípios de Mato Grosso. Em 2006 foi inaugurada a Estrada Parque ligando o núcleo urbano de Chapada com o Centro Geodésico da América do Sul⁸, com expectativa de ampliar a visitação de turistas. Em 2008 a mesma rodovia foi ampliada até o município de Campo Verde, aumentando a integração regional. Em 2009 foram iniciadas as obras de duplicação da rodovia até Cuiabá e o Teleférico no Mirante, mas ambas as obras foram suspensas. Em 2010 o Mirante da Chapada dos Guimarães foi tombado como “área de belíssima paisagem natural e cultural” pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso (NEVES, 2013, p.226).

A formação cultural de Chapada está fortemente ligada à miscigenação entre indígenas autóctones, colonos de origem europeia e os escravos africanos desde o século XVIII. Inicialmente, Chapada se especializou a produzir alimentos básicos (milho, arroz, feijão, açúcar) e cachaça para consumo em Cuiabá e nas regiões de mineração em Vila Bela da Santíssima Trindade. No século XIX, adicionou-se a produção de café. No século XX a sua função permaneceu como fornecedora de alimentos para Cuiabá até o último quartel, quando a burocracia estatal definiu Chapada como local de interesse turístico. Em sua história produtiva, percebe-se uma função subordinada a Cuiabá, além da percepção das elites da incapacidade da população local em alavancar o processo de desenvolvimento.

Três registros podem demonstrar o viés em relação à população local. O primeiro é a percepção de Dom Rolim de Moura, primeiro governador de Mato Grosso, sobre os indígenas da Chapada. Em 1751, Dom Rolim questionou a decisão de instalar uma aldeia indígena pelos jesuítas em Chapada, afirmando que “(...) o frio que ali é saudável para os brancos, que andam enroupados, é prejudicial para a saúde dos índios;

⁸ Ponto equidistante entre os oceanos atlântico e pacífico; cruzando-se linhas imaginárias entre os pontos mais setentrionais, meridionais, ocidentais e orientais da América do Sul, encontra-se o exato centro geodésico do continente, localizado no Mirante de Chapada dos Guimarães (NEVES, 2013, p.203).

estes, pela sua natural preguiça, não são capazes de sustentar-se somente das plantas, necessitam da vizinhança dos rios para remediarem a fome com a pescaria [(SIQUEIRA, 2002, p.43. Termo de Junta que se fez determinação do sítio em que se devia fazer Aldeias dos Padres da Missão. Revista do Arquivo Público de Mato Grosso (1982)].

O segundo registro ocorreu em 1935, quando o chapadense Dom Aquino⁹, então bispo em Cuiabá, questionou o governador Mário Correa da Costa sobre a construção de casas para os imigrantes alemães e japoneses em uma colônia separada da sede do município. Dom Aquino gostaria que as casas fossem construídas na sede de Chapada, pois se os imigrantes não se adaptassem, as casas ficariam para os nativos da região. O governador respondeu: “Dom Aquino me desculpe a franqueza, mas neste seu povoado só tem gente feia, preguiçosa e papuda” (NEVES, 2013, p.136).

O terceiro registro ocorreu quando Chapada já havia emancipado de Cuiabá. Em 1956, João Ponce de Arruda assume o governo de Mato Grosso, recebendo a visita de um representante político de Chapada no início da administração. O governador questionou o representante sobre as necessidades locais e o que poderia realizar em melhorias para a Chapada dos Guimarães. O representante político de Chapada respondeu: “Senhor Governador, pra lá não precisa fazer nada, manda somente soltar meus jagunços” (NEVES, 2013, p.134).

O relato destes fatos demonstra que os líderes políticos não buscaram implantar um processo de desenvolvimento endógeno local, mostrando grande desrespeito e negligenciando as populações residentes. Primeiro, foram caracterizados pejorativamente de preguiçosos pelo governador português. Posteriormente, no período republicano, o governador de Mato Grosso reforçou essa ideia-força de população que não se dedicava ao trabalho. Por fim, a percepção do representante político que sobrepõe seus interesses particulares aos coletivos. E da década de 1970 em diante, a definição exógena da “vocação produtiva” de Chapada para o turismo, deixando outras trajetórias possíveis em segundo plano.

Dos relatos registrados, desde a sua ocupação por população europeia percebe-se que Chapada não foi definida como um local de desenvolvimento *per si*, mas para atender as demandas de Cuiabá. E que a população local não foi escolhida para ser o

⁹ Nascido em Chapada, foi o responsável por alterar o nome da “Cachoeira da Bocaina do Inferno” para “Cachoeira V u de Noiva” na década de 1930. Com grande inspiração poética, o bispo foi importante para criar uma imagem diferente da paisagem de Chapada que seria explorada pelo turismo décadas depois.

motor da produção, pois sempre foi definida como inapta ao trabalho. A sua função foi alterada durante a sua evolução histórica, passando de fornecedor de alimentos e bens primários para um local de lazer e turismo. Mas, a condição de subordinação permaneceu inalterada ao passo que a economia chapadense seria dependente da economia Cuiabá, em um certo nível que será apresentado nas próximas seções.

3 Aspectos Teóricos e Metodológicos

A origem dos desequilíbrios regionais é definida por Lemos, Diniz e Guerra (1999), nos diferenciais de eficiência econômica localizadas em pontos específicos do espaço, bem como pela presença de economias de urbanização. Forma-se uma hierarquia urbana, com centros maiores e complexos organizando a vida regional, com centros inferiores gravitando ao redor da massa central. Assim, o território enquanto espaço de interação social e produtiva não evolui de forma linear e homogênea, mas de forma descontínua e heterogênea com diversos gradientes de desequilíbrio.

A teoria do lugar central de Christaller (1966) indica um processo de centralidade do espaço urbano de maior relevância em sua área geográfica de influência, onde seu potencial populacional e produtivo determinaria uma escala hierárquica regional. O conceito tem aderência ao debate de Lösch (1964) quando se observa pela ótica de demanda. O grau de especialização em serviços é um bom indicador dessa centralização hierárquica, onde os núcleos menores seriam atraídos ao centro em função da capacidade competitiva gerada pelas economias de aglomeração.

Perroux (1961) tem um papel relevante na definição do conceito de polarização de um lugar central. Para o autor, a hierarquia urbana dos grandes centros acaba por ser replicada enquanto processo de dominação econômica entre as diversas regiões. O resultado é a construção e consolidação de cidades-polo e de cidades-satélites. Esse desequilíbrio acaba por gerar uma região heterogênea do ponto de vista de forças de produção, onde as definições de tendências e vetores partem sempre do lugar central, o ponto nodal de organização produtiva, social e territorial, o polo por definição. Lopes (2009, p.40) define polarização atrelada a uma noção de dependência: “(...) se pode dizer que um espaço polarizado é um conjunto de unidades ou de polos econômicos que mantêm com um polo de ordem imediatamente superior mais trocas e ligações do que com outros polos da mesma ordem”.

Para Sachs (2002), para que se alcance o desenvolvimento sustentável em qualquer sociedade do século XXI são necessárias oito abordagens integradas, sendo

uma delas a territorial. O desenvolvimento territorial refere-se a configurações urbanas e rurais balanceadas, com a superação das disparidades inter-regionais e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas. Deve-se reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas e explorar o potencial da industrialização descentralizada, criando novos polos de desenvolvimento. A questão-chave é o equilíbrio territorial que sustentaria um novo processo de desenvolvimento menos heterogêneo.

Com estas definições básicas, aplicando o modelo gravitacional usado por Isard e Bramhal (1960, p.534), pode-se tentar definir os principais polos econômicos de um espaço geográfico, em diversos recortes de escala. O modelo gravitacional permite a aproximação de uma área de interação de um polo, como uma proxy de área de mercado, considerando as massas produtivas, o poder de atração determinado pela intensidade das trocas e negativamente pela distância geográfica.

Uma vez identificados os polos e satélites, pode-se avançar no entendimento das potencialidades de desenvolver as economias satélites e reduzir o grau de concentração regional. O sistema de planejamento territorial pode iniciar ações mais concretas para equilibrar o processo de desenvolvimento, evitando enclaves e a presença de um imenso território deprimido economicamente.

Neste sentido, os Modelos Gravitacionais se tornam importantes dada sua potencialidade em descrever estruturas espaciais multipolarizadas. Utilizando como referência a da gravitação universal, tais modelos teórico-metodológicos sugerem que os diferentes lugares funcionam em centros hierarquizados na razão direta de suas massas, as quais massas podem ser a população, a produção mercantilizada (PIB) e outras medidas, e inversa das respectivas distâncias. Esta abordagem legitimou-se por oferecer uma leitura, apesar de parcial, das configurações espaciais enquanto potencial hierárquico da concentração da massa em análise (COSTA e INHETVIN, 2006).

Na abordagem de Isard (1969), surge o debate de que os valores obtidos por tais modelos gravitacionais poderiam produzir probabilidades de uma unidade de “massa” do conjunto de aglomerados orientar-se para um centro diferente de sua origem, na presença de um desequilíbrio espacial. O desequilíbrio seria possível quando a aglomeração das massas não fosse distribuída de forma equitativa no espaço. Com esta abordagem, permite-se a definição dos polos regionais e também a observação de um campo de força em que se quantifica a atração exercida pelo centro sobre os demais espaços.

O Modelo de Gravitação Potencial (MGP) deriva do Modelo Gravitacional Geral (MGG) que possui inúmeras formas de utilização, como o estudo de impactos gerados por separações ou aglomerações espaciais. O MGP pode ser utilizado também para formular modelos do tipo *input-output* em que é possível trabalhar as interações entre duas regiões por meio da formação da matriz de produção e consumo das regiões. Outra forma de utilização do modelo é de verificação da influência da distância e dos fatores de atração e dispersão das regiões. Além disso, o Modelo Gravitacional Geral, quando aplicado em análises econômicas, permite a observação de um “campo de força econômico” que surge da interação entre dois espaços e tem magnitude definida de forma inversa à distância entre eles e de forma direta as massas que caracterizam estes espaços (DENTINHO, 2011).

Para Isard (1960), “o modelo potencial permite determinar a influência de um conjunto de pontos (i,...j) a um determinado ponto do espaço (i)”. Conforme Dentinho (2011), o potencial pode ser obtido por meio da relação do ponto com outro ponto de origem ou o contrário, no primeiro caso investigasse o potencial de oferta e no segundo o potencial de demanda. A combinação entre os dois também é possível, o potencial de oferta é dado em um município i e o potencial de demanda em um município j. O cálculo de ambos traria a potencialidade da interação entre os municípios i e j (P_i, P_j).

A construção do modelo potencial depende do entendimento do modelo gravitacional geral. Imagina-se uma economia delimitada em que as interações realizadas para troca da massa “P” entre os espaços regionais que o compõem seja representado pelas transações comerciais “T”, imagina-se ainda que estas transações não geram custos e não demandam tempo de consolidação. Dessa forma, o poder de atração de um espaço j sobre os demais espaços é determinado pelo atributo de P_j em relação ao atribuído total. O potencial de j seria dado por $\frac{P_j}{P}$.

A média de transações da região seria $\frac{T}{P} = K$, se esta média se aproxima da média das transações de i tem-se que o total de transações realizadas por i será $K \cdot P_i$. Desse modo pode-se estimar as transações realizadas entre os espaços i e j (T_{ij}), comparando as transações realizada por i para os demais espaços com o quociente de atração do espaço j. Desse modo, tem-se, conforme Alves (1971):

$$T_{ij} = K \cdot \frac{P_i P_j}{P}$$

A realização deste cálculo para cada espaço que compõem o todo, remeterá à rede das inter-atrações relativas as transações ao conjunto dos espaços. Ao introduzir a variável distância (d_{ij}^b) e o quociente de atração (G) encontra-se o volume total de transações comerciais realizadas entre os espaços i e qualquer outro espaço j. O quociente de atração representa a força de atração gravitacional e pode ser desconsiderada por ser igual para todas as observações. Tem-se a equação básica dos modelos gravitacionais e que por sua vez possibilita o entendimento dos fluxos intra-regionais, já que demonstra a relação direta com seus atributos (massas dos centros) e inversa à distância:

$$I_{ij} = G \cdot \frac{P_i P_j}{d_{ij}^b}$$

Em que:

G é o quociente de atração;

b é a constante que define a inclinação da reta;

d representa a distância entre espaços i e j; e

I_{ij} representa a quantidade transações realizadas entre os espaços i e j.

O MGP propõe a utilização da gravitação para definir o potencial de atração de um centro, sob os demais espaços no interior de um território, quando não se dispõe dos dados relativos a tal interação. O modelo potencializado é construído por meio da derivação do atributo relativo ao centro i em relação ao espaço j=1, posteriormente com o espaço j=2 e assim até o último espaço (ALVES, 1971):

$$I_{i1} + I_{i2} + \dots + I_{in} = G \frac{P_i P_1}{d_{i1}^b} + G \frac{P_i P_2}{d_{i2}^b} + \dots + G \frac{P_i P_n}{d_{in}^b}$$

Tem-se o número de transações por unidade do atributo utilizado:

$${}_iV = \sum_{j=1}^n \frac{I_{ij}}{P_i} = G \sum_{j=1}^n \frac{P_j}{d_{ij}^b}$$

Conforme demonstra Stewart (*apud* ALVES, 1971), a constante b que define a inclinação da reta, pode ser igualada a unidade, visto a observância da lei da gravidade newtoniana. Nesta situação o autor apresenta a equação transformada de quantificação do potencial econômico de um espaço (iV):

$${}_iV = G \cdot \left(\sum_{j=1}^n \frac{P_j}{d_{ij}} \right)$$

Por meio desta equação é possível estimar o potencial econômico do espaço i sobre os demais (iV), além do estabelecimento das curvas isopotenciais, conforme descrito por Alves (1971), que se refere a utilização dos próprios potenciais, mas obtidos de forma desagregada. Em um primeiro momento identificam-se os centros e, por conseguinte, calcula-se o potencial de cada centro em relação aos outros espaços. O resultado deve ser sobreposto em um mapa indicando em cada espaço regional quanto a influência que os centros exercem sobre si, dessa forma, em espaços sob influência de mais de um centro, tem-se que o maior potencial se sobrepõem aos demais. As isopotenciais são formadas quando é possível traçar uma linha sobre o mapa ligando os potenciais aproximados. A expectativa é que o modelo confirme a teoria e a massa apresente relação direta em quanto a distância apresente relação inversa ao potencial de i .

Desta forma, como em um campo de forças múltiplas, uma determinada região poderia ser descrita como uma estrutura de interações entre os aglomerados daquele sistema, em que tais fluxos tendem a se orientar pelos centros com maiores potenciais de atração, resultantes das relações metafóricas gravitacionais. Partindo desses pressupostos, pode-se construir uma hierarquia espacial, com a identificação dos polos com as massas mais relevantes e que poderiam funcionar como atratores das forças centrípetas e centrífugas em seu entorno. Ademais, cada unidade espacial pode estar conectada a diversos outros centros de massa, não somente em função da magnitude destas massas, mas em função dos sistemas de transporte que conectam os pontos aglomerativos. Massas e conectividade logística podem permitir maior interação e hierarquização entre os componentes do sistema. Quanto maiores os valores de P_i calculados, maiores as probabilidades de interação entre as massas.

Neste trabalho, cujo objetivo permeia a interação entre Chapada dos Guimarães e Cuiabá, tem-se como dados os possíveis centros regionais restando apenas a quantificação das interações potenciais entre os dois municípios com os demais espaços municipais em Mato Grosso. Nesse caso, como a proposta se destina a interação econômica, a variável “massa” é representada pelo Produto Interno Bruto municipal, obtido por meio do IBGE (2016). A variável distância foi identificada por meio do *Software* Google Earth, em sua versão 7.0.3.8542 em que foi possível definir a menor distância em rodovia asfaltada entre os centros dos municípios.

4 Resultados e Discussão

Pode-se perceber um potencial de influência econômica, baseada nas massas dos produtos municipais e ajustadas pela distância ao quadrado. Dos 140 municípios de Mato Grosso que podem se relacionar economicamente com Chapada, foram selecionados aqueles constantes no 1º decil, para que se possa discernir apenas os 10% mais relevantes. Neste contexto, os catorze municípios com maiores pesos potenciais são apresentados na tabela 1, referentes aos anos de 1999 e de 2010.

Considerando o município de Chapada dos Guimarães como o centro irradiador da influência econômica, o maior grau recai sobre Cuiabá, tanto em 1999 quanto em 2010. O que chama a atenção é a magnitude do indicador, com Cuiabá apresentando um potencial de relacionamento econômico muito acima dos demais municípios. Em 1999 Cuiabá representava 71,7% do potencial de relacionamento econômico com a economia chapadense e em 2010 havia recuado para 65,5%. Mesmo com a redução da importância relativa, a economia de Cuiabá ainda influencia em dois terços da atividade econômica de Chapada, sendo fundamental na organização produtiva da “Serra Acima”.

O resultado não chega a surpreender, pois trabalhos de Lemos et.al. (2003), Garcia e Lemos (2009) e Faria, Azevedo Junior e Dassow (2015) demonstram que Cuiabá é um mesopolo nacional e principal polo agropecuário-administrativo de Mato Grosso. Reforça-se aqui, a percepção de que a economia chapadense está atrelada e subordinada à economia cuiabana desde o início da colonização de ambos os espaços na década de 1720, representando desde então e sem rompimentos, um satélite da economia cuiabana.

Outro importante município para a economia chapadense é Várzea Verde, distante a 72,1 quilômetros, formando com Cuiabá a aglomeração urbana mais relevante de Mato Grosso. Várzea Grande eleva o seu potencial de relacionamento econômico

com a economia chapadense de 14,8% em 1999 para 16,6% em 2010. Se considerar Cuiabá e Várzea Grande como um único sistema econômico, dada a conurbação crescente, tem-se que em 1999 esse polo representava 86,5% do potencial de relacionamento econômico com Chapada, recuando a 82,1% em 2010.

Pode-se perceber que a redução relativa de Cuiabá/Várzea Grande está relacionada à expansão da importância de Campo Verde, Rondonópolis e Primavera do Leste que passaram a ter maior potencial de interação após 2008, quando da pavimentação da rodovia entre Chapada e Campo Verde. Os três municípios juntos mantinham um potencial de relacionamento de 6,9% em 1999 e cresceram esse potencial para 10,3% em 2010. Se Cuiabá e Várzea Grande, analisados em conjunto, representam um mesopolo, tem-se que para Chapada dos Guimarães os municípios de Campo Verde, Rondonópolis e Primavera do Leste se assemelham a pontos nodais do espaço de influência da economia chapadense. Somente esses cinco municípios apresentavam potencial de relacionamento econômico com Chapada de 92,4% em 2010, sendo as principais massas econômicas de interação com a economia chapadense.

Dos municípios selecionados no primeiro decil, tem-se que algumas mudanças da área de influência em 1999 em relação a 2010. O município de Jaciara subiu da 7ª para a 6ª posição na hierarquia, ocupando o posto que era de Santo Antônio do Leverger. Diamantino e Cáceres caíram posições na hierarquia, enfraquecendo seu potencial de interação econômica com Chapada. Destaca-se a entrada de Nova Mutum no rol de municípios com potencial de interação e o crescente potencial de Dom Aquino. Nota-se que a economia de Nossa Senhora do Livramento deixou de participar do campo mais relevante de influência da economia chapadense.

Em que pese a hierarquia potencial dos municípios ter permanecido estagnada no topo, percebe-se alguma mobilidade entre os potenciais de interação econômica, indicando que há uma expansão relativa de Campo Verde, Rondonópolis e Primavera do Leste, além da expansão absoluta de alguns elementos do sistema capaz de romper a acomodação do arranjo econômico regional. Ou seja, no período de onze anos desde 1999 podem-se visualizar algumas alterações na estrutura local capaz de alçar municípios como Jaciara, Nova Mutum e Dom Aquino a posições mais relevantes na organização econômica do espaço mato-grossense, ao menos em relação à economia chapadense. Além disso, perdeu força os municípios de Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger, Diamantino e Cáceres.

Tabela 1. Potencial de atração econômica de Chapada dos Guimarães (1º decil): 1999 e 2010.

Municípios	1999	Potencial (%)	Municípios	2010	Potencial (%)
Cuiabá	52,80	71,7%	Cuiabá	95,83	65,5%
Várzea Grande	10,92	14,8%	Várzea Grande	24,24	16,6%
Campo Verde	3,13	4,2%	Campo Verde	8,70	6,0%
Rondonópolis	1,10	1,5%	Rondonópolis	3,81	2,6%
Primavera do Leste	0,88	1,2%	Primavera do Leste	2,42	1,7%
Santo Antônio do Leverger	0,54	0,7%	Jaciara	0,79	0,5%
Jaciara	0,39	0,5%	Santo Antônio do Leverger	0,78	0,5%
Tangará da Serra	0,25	0,3%	Tangará da Serra	0,54	0,4%
Diamantino	0,21	0,3%	Nova Mutum	0,50	0,3%
Cáceres	0,19	0,3%	Dom Aquino	0,39	0,3%
Dom Aquino	0,16	0,2%	Cáceres	0,38	0,3%
Nossa senhora do Livramento	0,16	0,2%	Diamantino	0,38	0,3%
Barra do Bugres	0,15	0,2%	Barra do Bugres	0,38	0,3%
Poconé	0,14	0,2%	Poconé	0,37	0,3%

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de PIB do IBGE (2016) e distâncias mínimas no Google Earth.

Observando a hierarquia regional dos municípios de Mato Grosso, agora sob o epicentro partindo de Cuiabá, de longe a maior economia local mato-grossense, tem-se importantes ilações a considerar. Selecionando apenas o 1º decil dos municípios sob a influência da economia cuiabana tem-se que Várzea Grande, distantes apenas 7,2 quilômetros de Cuiabá é o espaço com maior grau de influência econômica. O indicador apresenta-se muito acima do conjunto de municípios mato-grossenses e em expansão no período 1999-2010, reforçando as percepções empíricas do relacionamento entre essas massas econômicas. Conforme tabela 2, pode-se visualizar que Várzea Grande tem 98,7% de potencial de relacionamento econômico com Cuiabá, sendo sistemicamente economia de grande interação.

Outras economias com reduzida massa econômica, mas localizadas relativamente próximas a Cuiabá apresentam também um vetor de relacionamento. Um destes municípios é Santo Antônio do Leverger a 32,9 quilômetros, que permaneceu hierarquicamente como segunda massa econômica de interação com Cuiabá no período 1999 e 2010. Somente Rondonópolis e Primavera do Leste expandiram seus *scores* potenciais de interação no período analisado. Nossa Senhora do Livramento a 38,6

quilômetros apresentou em 1999 e 2010 o mesmo potencial de interação econômica com a massa da economia cuiabana.

Chama a atenção que a economia de Chapada dos Guimarães estava na quinta posição em 1999 e caiu para a sexta posição em 2010, perdendo o seu lugar na hierarquia exatamente por Campo Verde. Esse resultado pode indicar uma redução relativa da importância de Chapada para Cuiabá neste período, provavelmente relacionada à menor capacidade da economia de Chapada de gerar efeitos sistêmicos e interagir com as estruturas econômicas de Cuiabá.

Tabela 2. Potencial de atração econômica de Cuiabá (1º decil): 1999 e 2010.

Municípios	1999	Potencial (%)	Municípios	2010	Potencial (%)
Várzea Grande	56.905,57	98,7%	Várzea Grande	146.409,01	98,7%
Santo Antônio do Leverger	239,74	0,4%	Santo Antônio do Leverger	403,33	0,3%
Rondonópolis	61,18	0,1%	Rondonópolis	244,79	0,2%
Nossa Senhora do Livramento	57,80	0,1%	Nossa Senhora do Livramento	148,63	0,1%
Chapada dos Guimarães	52,80	0,1%	Campo Verde	136,21	0,1%
Campo Verde	42,21	0,1%	Chapada dos Guimarães	95,83	0,1%
Primavera do Leste	26,03	0,0%	Primavera do Leste	83,30	0,1%
Diamantino	21,95	0,0%	Poconé	53,22	0,0%
Tangará da Serra	18,96	0,0%	Nova Mutum	47,88	0,0%
Nobres	18,61	0,0%	Tangará da Serra	47,44	0,0%
Jaciara	18,51	0,0%	Diamantino	45,48	0,0%
Poconé	17,28	0,0%	Jaciara	43,23	0,0%
Cáceres	15,72	0,0%	Jangada	42,88	0,0%
Acorizal	13,61	0,0%	Rosário Oeste	40,02	0,0%

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de PIB do IBGE (2016) e distâncias mínimas no Google Earth.

No período de 1999-2010 a economia da Chapada cresceu a uma taxa geométrica de 2,67%¹⁰ ao ano, enquanto a economia cuiabana cresceu a uma taxa geométrica de 3,90%¹¹ ao ano no mesmo período. Este diferencial de crescimento pode ser uma das prováveis explicações da tendência de perda de importância relativa da economia chapadense frente a cuiabana. Ou seja, a capital não tem apenas uma massa econômica imensa frente a Chapada, mas sua dinâmica interna expande essa massa a

¹⁰ Ao nível de significância de 1% (teste t) e com R² de 0,79.

¹¹ Ao nível de significância de 1% (teste t) e com R² de 0,93.

uma taxa superior à economia chapadense e acaba aprofundando o efeito do relacionamento de polo e satélite entre as duas economias.

O indicador parece reforçar a hipótese da polarização de Cuiabá a Chapada, desde a implantação de ambos sítios de colonização produtiva no século XVIII, mas apresentando tendência crescente no início do século XXI. As hipóteses deste recrudescimento podem estar atreladas a uma maior taxa de crescimento do PIB de Cuiabá em relação ao chapadense, ou seja, a maior complexidade da economia da capital que acaba por gerar economias de aglomeração que reforçam a permanência de atividades que mantêm competitividade somente em escala.

Por outro lado, a economia de Campo Verde expandiu-se no período 1999-2010 a uma taxa geométrica de 8,22%¹² ao ano. Esse efeito pode ser visualizado com o crescente potencial de interação com a economia cuiabana, posto que a economia de Campo Verde passa a representar a quinta maior probabilidade trocas econômicas com a capital, com indicador próximo da quarta economia potencial (Nossa Senhora do Livramento).

Nas demais posições percebe-se que Diamantino, Tangará da Serra e Jaciara perdem posições entre 1999 e 2010. Além disso, Nobres, Cáceres e Acorizal que constavam no primeiro decil em 1999 deixam de representar economias com potencial de interação com Cuiabá. Por outro lado, surgem economias emergentes como Nova Mutum, Jangada e Rosário Oeste e o recrudescimento da economia de Poconé em relação a Cuiabá, que subiu quatro posições.

Em ascensão estão as economias de Campo Verde e Poconé que elevam seu potencial de interação, além de Nova Mutum, Jangada e Rosário Oeste que passam a integrar o primeiro decil. Nota-se que das catorze economias selecionadas, apenas cinco delas mantiveram sua posição inicial em onze anos. Os quatro primeiros no ranque e Primavera do Leste que permaneceu na sétima posição nos dois anos analisados.

Desta forma há espaço para um rearranjo na polarização espacial de Mato Grosso, ao menos nas posições subalternas das economias satélites. Mesmo que haja grande dificuldade em se estabelecer como um novo polo regional ou mesopolo, economias como Campo Verde, Poconé, Nova Mutum, Jangada e Rosário Oeste demonstram que podem elevar seu potencial de interação em função de um esforço crescente em expandir as suas massas, dada a posição espacial estática. Às economias

¹² Ao nível de significância de 1% (teste t) e com R² de 0,80.

em franca perda de posições relativas como Chapada dos Guimarães e as demais analisadas, deve-se identificar as causas de sua incapacidade em manter um potencial de interação com economias mais complexas, desenvolvidas e mais maduras.

No caso específico de Chapada dos Guimarães, a sociedade local, os agentes econômicos e os planejadores do desenvolvimento territorial devem buscar novos arranjos produtivos, recuperar trajetórias econômicas potenciais e criar as condições infraestruturais de adensamento do setor produtivo do turismo. Considerando a sua posição subalterna no plano econômico regional frente a economia cuiabana, deve-se identificar as demandas potenciais de Cuiabá e se especializar na oferta de bens e serviços que possam ser demandadas pelas maiores economias regionais. Uma das alternativas seria recuperar os planos de manejo e gestão do turismo ecológico que foram propostos desde o final da década de 1970, mas que ainda não foram totalmente implementados. A economia de Chapada está dependente do turismo, mas investimentos em infraestrutura e capital humano são fatores chave para que haja uma retomada do crescimento das atividades produtivas e a atração de excedentes externos em atividades relacionadas aos serviços turísticos e de apoio, como hospedagem, alimentação, transporte, financeiros, comunicações e demais envolvidos na recepção de turistas.

5 Notas conclusivas

Desde a ocupação portuguesa no primeiro quartel do século XVIII, a base econômica de Chapada dos Guimarães manteve-se subordinada à economia de Cuiabá. Nos séculos XVIII, XIX e até o terceiro quartel do século XX a função da “Serra Acima” era fornecer alimentos à economia cuiabana. Desde o final da década de 1970 até os dias atuais, a função de Chapada é ofertar serviços turísticos de lazer, descanso e contemplação, em especial para a demanda das economias cuiabana e várzea-grandense, conforme planejamento do governo federal.

Contudo, a economia de Chapada permanece com elevado grau de subordinação, muito em função das reduzidas taxas de crescimento econômico frente às economias circundantes, com destaque para a subordinação a Cuiabá. O potencial de atração econômica calculado revela aumento, entre 1999 e 2010, de 82% entre Cuiabá e Chapada, colocando a economia chapadense como a 6ª mais atraída pela capital, enquanto o potencial entre Chapada e Cuiabá se amplia em 140% indicando Cuiabá

como a principal fonte potencial de produtos e serviços. No entanto os planos de implantação de infraestrutura turística não se concretizaram e a economia chapadense perde espaço de relacionamento com a economia cuiabana, o epicentro capaz de gerar acumulação exógena para a economia de Chapada.

Com a definição de espaço econômico relacionado ao turismo, as iniciativas de implantação de atividades econômicas ligadas ao agronegócio e agroindústria são repelidas ou tem dificuldades de se materializar em Chapada. Neste contexto, para que haja maior capacidade de retenção de excedentes externos advindos do turismo, necessita-se a implementação dos planos de manejo e gestão do turismo já elaborados como alternativa socioeconômica para a população local. Assim, em que pese as dificuldades de materialização de outras atividades, Chapada ainda está significativamente subordinada a economia cuiabana.

6 Referências bibliográficas

COSTA, F.A.; INHETVIN, T. A Agropecuária na Economia de Várzea da Amazônia: Os desafios do desenvolvimento sustentável. 1. ed. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2006. v. 1. 202 p.

CHRISTALLER, W. Central places in southern Germany. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.

DENTINHO, T.P. Modelos Gravitacionais. In: COSTA, J.S.; DENTINHO, T.P.; NIJKAMP, P. Compêndio de Economia Regional – Volume II: métodos e técnicas de análise regional. Cascais (Portugal), Príncípia Editora, 2009.

FARIA, A.M.M.; AZEVEDO JUNIOR, W.C.; DASSOW, C. Unbalanced Territorial Development and Arising Poles in Mato Grosso. Revista Geografares, v.20, p.65-78, 2015.

GARCIA, R.A.; LEMOS, M.B. A Migração como Variável Endógena: caracterização do processo de transformação das regiões de influência dos polos econômicos brasileiros. **Revista EconomiA**, maio/agosto de 2009.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). IBGE Cidades: Mato Grosso: Chapada dos Guimarães. Disponível no endereço eletrônico: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510300&search=mato-grosso|chapada-dos-guimaraes|infograficos:-historico>. Acesso em 27 de julho de 2015.

_____. IBGE Cidades: Mato Grosso: PIB Municipal. Disponível no endereço eletrônico: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=51>. Acesso em 5 de janeiro de 2016.

ISARD, W. Location and Space-Economy: a general theory relating to special location, market areas, land use, trade and urban structure. Cambridge, MIT, 1956.

ISARD, W. Methods of Regional Analysis. Cambridge, Massachusetts, cap. XI, 1996.

ISARD, W.; BRAMHA, D.F. Gravity, Potential and Spatial Interaction Models. in W. Isard (ed.) Methods of Regional Analysis: An Introduction to Regional Science. New York, 1960

LEMOS, M. B., DINIZ, C. C., GUERRA, L. P. Polos econômicos do nordeste e suas áreas de influência: uma aplicação do modelo gravitacional utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG). Revista Econômica do Nordeste, v.30, Especial, p.568-584, dez. 1999.

LEMOS, M.B.; DINIZ, C.C.; GUERRA, L.P.; MORO, S. A Nova Configuração Regional Brasileira e sua Geografia Econômica. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 33, n.4, p.665-700, outubro-dezembro 2003.

LOPES, A.S. O Espaço Económico. In: COSTA, J.S.; NIJKAMP, P. Compêndio de Economia Regional – Volume I: teoria, temáticas e políticas. Cascais (Portugal), Princípia Editora, 2009.

LÖSCH, A. The nature of economic regions. In: FRIEDMANN, J., ALONSO, W. (Ed.). Regional development and planning: a reader. Cambridge, Mass.: MIT, 1964, p.107-115.

NEVES, J.E.S. Chapada dos Guimarães: história atualizada. Cuiabá, EdUFMT, 2013.

PERROUX, F. L'économie du XXe siècle. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1961.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.